Revista Competitividade e Sustentabilidade -ComSus
Journal of Competitiveness and Sustainability – ComSus

Recebido em: 29/10/2025. Aprovado em: 11/03/2026. Publicado em: 11/09/2026
Processo de Avaliação: *Double Blind Review* - SEER/OJS e-ISSN: 2359-5876
Doi: 10.48075/yzg04n40
OPEN ACCESS

Prato cheio, mente cheia: um caso para Ensino sobre Alimentação e Facilitação da Aprendizagem

Full plate, full mind: a case for teaching about nutrition and facilitating learning

Daniela de Souza Silva [1]
Suely de Fátima Ramos Silveira [2]
Antônio Carlos Brunozi Junior [3]

Resumo: Este caso de ensino trata de um caso fictício, com o objetivo de promover um debate sobre avaliação de políticas públicas entre os alunos de graduação e pós-graduação dos cursos de Administração, Administração Pública e áreas afins. Juliana é uma professora da educação infantil que assumiu o cargo de Diretora em uma escola municipal, na qual ela estudou quando criança. Dentre os vários desafios encontrados, ela se deparou com problemas na merenda escolar, que nem sempre tinha carne, legumes e verduras. Então, alguns dilemas identificados precisam de solução, sendo eles: Como os instrumentos de gestão e controle de políticas públicas governamentais podem melhorar a merenda escolar? Como saber se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) está sendo cumprido? Quais problemas na execução do programa na escola podem estar afetando a merenda escolar? Como resolvê-los? Os alunos devem encontrar soluções que ajudem a avaliar a gestão e aplicação dos recursos do PNAE e seu atendimento em relação à aquisição de alimentos da agricultura familiar, oferecendo soluções que melhorem o fornecimento da merenda escolar.

Palavras-chave: PNAE; Políticas Públicas; Agricultura Familiar.

Cite as: (APA) de Souza Silva, D.; Ramos Silveira, S. F. & Brunozi Junior, A. C. (2026). Prato cheio, mente cheia: um caso para Ensino sobre Alimentação e Facilitação da Aprendizagem. *Revista Competitividade e Sustentabilidade, 13 (1)*, 20-34.

Abstract: This teaching case presents a fictional scenario to foster debate on public policy evaluation among undergraduate and graduate students in Administration, Public Administration, and related fields. Juliana is an early childhood education teacher who has taken on the role of Director at a municipal school where she studied as a child. Among the various challenges she faced, she encountered problems with the school meals, which did not always include meat, vegetables, and greens. Several identified dilemmas require solutions, including the question: How can management and control tools for government public policies improve school meals? How can we know if the National School Feeding Program (PNAE) is being implemented? What problems in the program's execution at the school might be affecting school meals? How can they be solved? Students should develop solutions to evaluate the management and use of PNAE resources and their fulfillment in relation to the acquisition of food from family farming, offering solutions that improve the supply of school meals.

Keywords: PNAE; Public Policies; Family Farming

[1]Universidade Federal de Viçosa - UFV. Brasil. E-mail: daniela.souza@ufv.br
[2]Universidade Federal de Viçosa - UFV. Brasil. E-mail: sramos@ufv.br
[3]Universidade Federal de Viçosa - UFV. Brasil. E-mail: antonio.brunozi@ufv.br

1 O posto mais alto

Ao entrar na sala da diretoria, dessa vez como diretora, Juliana relembra que sonhava em ser professora desde pequeninha e que agora está frente a um grande desafio profissional que vai além de lecionar, que é cuidar e gerenciar a escola onde ela aprendeu a ler e escrever. Juliana senta-se na cadeira da diretoria e fala consigo mesmo:

- Quem diria Juliana, aquela menina que ensinava as bonecas a ler e escrever, agora em 2024, precisar ter coragem para coordenar uma escola inteira, o que você foi arrumar, por onde começar agora?

A Escola Municipal Primavera, localizada no município Vale Sereno é uma instituição de ensino público municipal, é mantida pelo poder público Municipal, administrada pela Secretaria Municipal de educação e jurisdicionada ao Conselho Municipal de Educação de Vale Sereno-MG e oferece a educação básica, da Educação Infantil (pré-escola 04 e 05 anos) ao Ensino Fundamental I.

Como Juliana já fazia parte do ambiente escolar por ser professora, ela conhecia grande parte das pessoas. Da mesma forma diversos pais também já a conheciam e tinham um bom relacionamento com ela e o primeiro passo foi conversar com todos para conhecer cada rotina, cada demanda e cada problema, Juliana então fez uma reunião com o vice-diretor Pedro, a coordenadora pedagógica Camila e a secretária escolar Vanessa.

- Pessoal, reuni todos vocês aqui para que eu possa conhecer um pouco mais dos problemas que a escola enfrenta, é minha primeira vez como diretora e vou dar o meu melhor para ajudar a escola no que ela precisar e conto com vocês porque esse trabalho precisa ser em conjunto. Gostaria de ouvir um pouco de vocês, principalmente Camila e Vanessa que estão nesses cargos a mais tempo e conhecem um pouco melhor a escola.

Camila então é a primeira a falar:

- Tínhamos muitas reclamações da última diretora porque ela não se mostrava muito presente nos corredores da escola, só ficava na sala dela. O que eu aconselharia é você ficar mais perto dos professores e dos outros ambientes da escola e sempre que possível conversar com os pais.

Vanessa deu sua opinião:

- Durante a matrícula muitos pais reclamaram da merenda do último ano. Também já vi a Cris resmungando algumas vezes, mas não quero ser nenhum dedo-duro.

Juliana agradeceu a colaboração das colegas:

- Obrigada meninas, estarei sempre aberta para escutar vocês e tenham liberdade para

CC BY NC ND

virem falar comigo sobre qualquer coisa em relação a escola e trazerem sugestões. A ideia é fazermos um trabalho em conjunto para melhorar a escola e a educação de nossas crianças.

Depois dessa reunião Juliana ficou pensativa, principalmente em relação à merenda, principalmente por conhecer parte da comunidade e saber que muitos vêm de famílias com poucos recursos financeiros, onde a disponibilidade de recursos destinados à educação e alimentação em casa é limitada. Juliana então decidiu conhecer a cozinha e conversar com a merendeira (Cris).

2 Conhecendo a cozinha

Ao chegar à cozinha Juliana encontrou a Cris e a cumprimentou:

- Bom dia Cris, como vai? Estou me inteirando de tudo e vim conhecer um pouquinho do seu trabalho, você pode me mostrar?

Prontamente Cris a recebeu e começou a lhe mostrar a cozinha, que por sua vez encontra-se limpa e organizada, com todos os azulejos e sem rachaduras. As torneiras, canos e sifões estavam em perfeito estado, sem qualquer sinal de vazamento. Pratos, copos, talheres, panelas e roupas eram secos, limpos, protegidos e devidamente guardados. O sistema de gás, também seguro, foi instalado em um local afastado da cozinha, próximo a uma área externa. Cris mostrou o refrigerador e disse:

- Aqui é onde guardo carne e o suco congelados, mas nem sempre tempos, não é todos os dias que é servido carne na merenda. Já aquelas prateleiras ali é onde colocamos os sacos de arroz, feijão e macarrão.

Juliana então questiona: “como você faz a comida?”

- Eu faço arroz e feijão ou macarrão com molho de tomate, alternando: um dia é uma coisa, outro dia a outra. A quantidade diária é fixa, porque o número de alunos não se altera. Quando tinha matrícula nova, a diretora avisava, e então eu aumentava a quantidade. Às vezes quando tem entrega de legumes ou salada eu também faço, mas nem sempre tem.

Juliana agradece a Cris e sai pensativa e incomodada dali

3 Será falta de dinheiro?

Juliana resolveu procurar a Secretaria de Educação do Município para conversar sobre a merenda escolar. A Secretária Márcia a recebeu e Juliana foi logo perguntando

- Ei Márcia, vim aqui te pedir ajuda. Estou insatisfeita com a merenda escolar lá da escola, e gostaria de entender porque as vezes falta carne, legumes e verduras para os alunos. Nossos alunos não podem ficar sem essa alimentação não, é a Prefeitura que não está tendo

dinheiro?

Márcia então explicou para Juliana que a prefeitura faz um complemento, mas que boa parte do recurso vem do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O PNAE representa um importante instrumento de política pública, com o objetivo de assegurar uma alimentação escolar nutritiva, saudável e apropriada. O Governo Federal faz o repasse de recursos aos Estados e Municípios que precisam complementar esses valores com recursos próprios.

O objetivo do PNAE é contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo (BRASIL, 2009). Conforme estipulado pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, é obrigatório que ao menos 30% dos fundos transferidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o PNAE sejam investidos na compra de produtos alimentícios oriundos da agricultura familiar. A Lei trouxe ainda a possibilidade de realização da compra sem o processo licitatório, mas, o procedimento deve conter todos os documentos exigidos normativamente, ou seja, o processo deve estar bem instruído.

O Programa exige a designação de um Nutricionista Responsável Técnico e a elaboração de cardápios que atendam às necessidades nutricionais, respeitem os hábitos alimentares e valorizem a cultura alimentar local, sempre em conformidade com as orientações do Ministério da Saúde para a promoção da saúde por meio da alimentação.

De acordo com CD/FNDE nº 02, de 10 de março de 2023, os valores per capita repassados para a escola são: R$ 0,50 (cinquenta centavos de Real) para os estudantes matriculados no ensino fundamental e no ensino médio e R$ 0,72 (setenta e dois centavos de Real) para estudantes matriculados na pré-escola, exceto para aqueles matriculados em escolas localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos.

O PNAE representa um dos maiores programas de alimentação escolar do mundo, atendendo 39,81 milhões de estudantes em 2023, com recurso financeiro executado de 5,26 bilhões de reais. Desse valor, mais de 70% foram destinados à administração pública municipal, visando atender aos estudantes da rede municipal de ensino (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2024).

Mediante tal situação, Juliana percebeu que o recurso vem do governo federal e do município e que o PNAE se preocupa com a alimentação e nutrição dos estudantes, além de

fortalecer a agricultura familiar e desenvolvimento local, beneficiando assim toda a comunidade. Ela então, na busca de solução para o problema que tinha com a merenda na escola se viu diante das seguintes questões:

Como instrumentos de gestão e controle de políticas públicas governamentais podem melhorar a merenda escolar?

Como saber se o PNAE está sendo cumprido?

Quais os problemas na execução do programa na escola que podem estar afetando a merenda escolar? Como resolvê-los?

4 Notas de ensino

4. 1 Objetivos educacionais

O objetivo didático deste caso de ensino é promover um debate sobre a avaliação de políticas públicas entre os alunos de graduação e pós-graduação dos cursos de Administração, Administração Pública e áreas afins, bem como entre alunos de cursos de gestão e técnicos. Sua utilização mostra-se relevante em disciplinas que abordam políticas públicas, servindo de fundamento para debater aspectos teóricos e práticos de sua formulação, implementação, avaliação, bem como os desafios e as barreiras. Além disso, o caso sugere o desenvolvimento de habilidades nos estudantes, como: (a) familiaridade com programas e políticas públicas; (b) compreensão das etapas de avaliação de políticas públicas; (c) formulação de estratégias destinadas à melhoria das políticas públicas.

Assim, espera-se que este caso ofereça uma experiência de aprendizado prática e contextualizada, que permita aos participantes analisar situações e desenvolver habilidades críticas relacionadas à avaliação de políticas públicas. Especificamente os alunos deverão encontrar soluções que ajudem a avaliar a gestão e aplicação dos recursos do PNAE e seu atendimento em relação à aquisição de compras de alimentos da agricultura familiar, oferecendo soluções que melhore o fornecimento da merenda escolar

4. 2 Fonte dos dados

A elaboração do caso teve como fonte dados fictícios, a fim de criar uma discussão sobre avaliação de política pública, em especial o PNAE a partir de uma escola municipal. Os dados criados foram desde os personagens, a história, nome da escola e do município. Os dados referentes à execução do PNAE no ano de 2023 são reais, oriundo da página oficial do governo

federal. Além disso, foram consultadas as legislações relacionadas ao programa.

4.3 Principais conceitos e teorias mobilizados pelo caso

A alimentação desempenha um papel fundamental no desenvolvimento físico e intelectual de todas as pessoas, especialmente durante a infância e a adolescência, períodos cruciais de crescimento. É nessa fase que o organismo demanda maior aporte de nutrientes, tornando indispensável o consumo de uma alimentação equilibrada e saudável. Além de contribuir para o desenvolvimento corporal, uma nutrição adequada é essencial para criar hábitos alimentares saudáveis que podem impactar positivamente a saúde ao longo da vida (Alves & Cunha, 2020).

Fatores como a fome, condições socioeconômicas precárias, problemas familiares e aspectos sociais estão intimamente ligados ao baixo desempenho escolar e a resultados insatisfatórios entre crianças e adolescentes de baixa renda. A ausência de uma alimentação adequada, com variedade e qualidade de nutrientes, impacta diretamente o desenvolvimento cognitivo, prejudicando habilidades como concentração, memória e aprendizado. Dessa forma, a ingestão de nutrientes equilibrados é essencial para promover um crescimento saudável e um melhor desempenho acadêmico. (Gassman-pines & Bellows, 2018).

A falta de nutrientes essenciais pode comprometer funções cognitivas como memória, atenção e concentração, além de afetar o crescimento saudável e o desempenho global no ambiente escolar. Os fatores nutricionais têm um impacto direto na capacidade de aprendizado e no desempenho escolar. A ausência de uma alimentação equilibrada pode causar prejuízos significativos e, em alguns casos, irreversíveis ao desenvolvimento físico e mental das crianças (Bundy *et al.*, 2009; Cavassin & Pinho, 2013).

Um programa público é uma ação ou conjunto de ações estabelecidas pelo governo com o objetivo de atingir objetivos específicos de políticas públicas, solucionando problemas sociais ou promovendo melhorias na sociedade (Jannuzzi, 2016). O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma política educacional brasileira que contribui significativamente para o combate à fome e a desnutrição, tendo como público-alvo a população carente atendida pelas escolas públicas.

O PNAE garante ao menos uma refeição diária para os estudantes da educação básica, com o objetivo de atender suas necessidades nutricionais durante o período em que estão na escola. Essa iniciativa contribui para o crescimento e desenvolvimento físico, melhora o processo de aprendizagem e o desempenho escolar, além de promover a adoção de hábitos

alimentares saudáveis, essenciais para a formação integral dos alunos (Lucero *et al*., 2010).

A Lei n° 11.947/2009 em seu art. 4 estabelece o objetivo do PNAE:

> contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricionais e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo (Brasil, 2009)

As diretrizes do PNAE são fundamentadas em princípios que buscam garantir uma alimentação saudável e adequada aos estudantes da educação básica pública no Brasil. Estão estabelecidas na Lei n° 11.947/2009 e na resolução N° 6, de 08 de maio de 2020 e estão descritas no quadro 1:

Quadro 1: Diretrizes da alimentação escolar

Alimentação Saudável e Adequada	Compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica.
Inclusão da Educação Alimentar e Nutricional	Inclusão no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional.
Universalidade do Atendimento	Atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica.
Participação da Comunidade no Controle Social	Acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta da Alimentação escolar saudável e adequada.
Apoio ao Desenvolvimento Sustentável	Incentiva a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos.
Direito à Alimentação Escolar	Garante a segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social.

Fonte: Brasil (2009)

O programa permite identificar possíveis problemas nutricionais e contribui para a promoção de hábitos alimentares saudáveis (Rodrigues *et al*., 2021). Além disso, tem o potencial de reduzir a evasão escolar e melhorar o desempenho acadêmico dos estudantes em sala de aula (Ferreira, Alves & Mello, 2019).

A meta de destinar 30% dos recursos do PNAE para a compra de produtos da agricultura familiar é parcialmente alcançada em algumas regiões do Brasil. Muitos municípios enfrentam dificuldades para cumprir essa exigência devido a desafios como a organização dos agricultores familiares, problemas logísticos e limitações na gestão municipal (Ferigollo et al.). São vários os motivos que levam ao não cumprimento da meta, como desconhecimento por parte dos envolvidos na aquisição dos alimentos do que é produzido localmente, falta de qualidade, regularidade e diversidade dos produtos, falta de organização dos produtores e ainda falhas na elaboração do processo de compras (Lopes & Doula, 2019; Triches *et al*., 2018).

O PNAE, dentre outras políticas públicas, consolidou o Brasil como uma referência global no combate à fome e na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). (Salgado & Delgrossi, 2022). O Programa tem promovido a integração da alimentação saudável no ambiente escolar como uma de suas principais metas, visando proporcionar aos estudantes a oportunidade de adotar hábitos alimentares saudáveis (Santos, 2010).

Avaliar um programa público é fundamental para verificar sua eficácia, eficiência e impacto. A avaliação permite ajustar políticas, identificar falhas na implementação e otimizar recursos. Também proporciona transparência e responsabilidade, garantindo que os resultados estejam alinhados aos objetivos e necessidades da população. Além disso, facilita o processo de tomada de decisões, permitindo que gestores e formuladores de políticas ajustem às ações conforme os dados obtidos (Jannuzzi, 2016).

4.4 Alternativas para a Análise (e aplicação) do Caso

O caso deverá ser enviado aos alunos com antecedência, para que possam analisá-lo com tranquilidade e se preparar para o debate em sala de aula. Sugere-se que a turma seja dividida em três grupos iguais, onde cada grupo deverá apresentar solução para uma das questões levantadas. Os demais grupos deverão debater as soluções apontadas pelo outro grupo. Os alunos deverão preparar e fazer apresentações orais detalhando suas soluções e justificativas com no máximo 15 minutos.

Para analisar o caso, podem ser considerados os seguintes critérios de avaliação:

- Avaliar a capacidade dos alunos em identificar os principais problemas relacionados ao programa apresentado no caso, como fornecimento de merenda sem ser balanceada e nutritiva, não aquisição de alimentos da agricultura familiar, falta de um cardápio elaborado por uma nutricionista.
- Verificar a compreensão dos alunos sobre as normas e legislações pertinentes ao PNAE.

- Avaliar a capacidade dos alunos em propor soluções para os dilemas apresentados.

4.5 Possíveis alternativas de soluções

1. Como instrumentos de gestão e controle de políticas públicas governamentais podem melhorar a merenda escolar?

Os **instrumentos de gestão e controle** de políticas públicas desempenham um papel crucial na melhoria da merenda escolar ao promover maior eficiência, transparência e qualidade na execução do programa. As políticas sociais situam-se no âmbito das diretrizes regulamentares e podem ser implementadas por meio de leis e programas sociais. Esses programas, ao oferecerem produtos e serviços para a sociedade, atuam como instrumentos operacionais das políticas públicas (Jannuzzi, 2016). No contexto do caso que se refere a merenda escolar, o **PNAE** aparece como esse instrumento, podendo melhorar a merenda escolar de algumas formas

Elaboração de cardápios planejados: Utilizando ferramentas de gestão para garantir que os cardápios sejam nutricionalmente adequados e economicamente viáveis, respeitando as especificidades locais

Otimização do orçamento: Monitorando o uso dos recursos financeiros para assegurar que sejam alocados de forma eficiente e sem desvios, permitindo maior abrangência e qualidade nas refeições.

Fortalecimento da agricultura familiar: Utilizando plataformas digitais para simplificar e monitorar a compra de alimentos diretamente da agricultura familiar, garantindo o cumprimento da exigência de 30% do orçamento do programa.

Controle de estoques: Implementando sistemas para rastrear a entrada e saída de alimentos nas despensas, evitando desperdícios e garantindo a entrega no prazo.

Indicadores de desempenho: Estabelecendo métricas para avaliar a qualidade das refeições, como frequência de distribuição, variedade de alimentos e impacto na saúde dos alunos.

Feedback dos usuários: Criando mecanismos para coletar a opinião dos alunos e da comunidade escolar sobre a qualidade das refeições.

Conselhos de Alimentação Escolar (CAE): Fortalecendo e capacitando os conselhos para que atuem de forma ativa na fiscalização da qualidade e execução do programa.

2. Como saber se o PNAE está sendo cumprido?

Através da avaliação do programa. A avaliação apoia o teste de realidade – descobrir o que realmente está acontecendo em um programa. Isso pode então ser comparado com o que foi planejado e esperado. Uma avaliação deve fornecer informações que sejam confiáveis e úteis, permitindo a incorporação de lições aprendidas no processo de tomada de decisão de ambos os beneficiários e financiadores. Avaliar um programa de política pública envolve um processo estruturado para verificar sua eficácia, eficiência, impacto e relevância, considerando os objetivos planejados e os resultados alcançados. Esse processo pode ser dividido em etapas com diferentes enfoques e ferramentas.

Para saber se o PNAE está sendo cumprido, é necessário monitorar indicadores como a destinação de pelo menos 30% dos recursos para a agricultura familiar, a qualidade nutricional das refeições, o cumprimento dos cardápios elaborados por nutricionistas, e a cobertura da alimentação a todos os alunos da educação básica. Além disso, é fundamental verificar se a escola está cumprindo as exigências legais e se há um sistema de monitoramento adequado.

Ao se avaliar um programa alguns passos podem ser seguidos:

Definir o Propósito da Avaliação

Questões-chave: O que se deseja saber? Exemplo: O programa está atingindo seus objetivos? Está sendo eficiente no uso de recursos?

Identificar os Objetivos e os Indicadores

Clareza dos objetivos: Entender o que o programa pretende alcançar.

Indicadores de avaliação: Selecionar métricas que permitam medir desempenho.

Planejar a Avaliação

Delimitar o escopo: Definir a abrangência da avaliação (geográfica, temporal, temática).

Escolher a metodologia: Métodos qualitativos, quantitativos ou mistos, dependendo do objetivo.

Definir os instrumentos: Questionários, checklists, softwares de análise de dados etc.

Coletar os Dados

Fontes primárias: Informações diretamente obtidas, como entrevistas com beneficiários ou aplicação de questionários.

Fontes secundárias: Dados existentes, como relatórios, estudos anteriores ou estatísticas oficiais.

Analisar os Resultados

Comparação com objetivos: Verificar se os resultados alcançados estão alinhados com os objetivos planejados.

Eficiência e eficácia: Avaliar o uso de recursos e a capacidade do programa de gerar os resultados esperados.

Impacto: Medir mudanças atribuíveis ao programa, como a melhoria de indicadores sociais.

Identificar Limitações e Desafios

Problemas de implementação: Exemplo: falta de recursos, baixa adesão dos beneficiários ou falhas na gestão.

Fatores externos: Identificar variáveis externas que possam ter influenciado os resultados (ex.: crises econômicas ou mudanças políticas).

Elaborar Recomendações

Ajustes necessários: Propor modificações no programa para melhorar sua eficiência ou corrigir problemas.

Expansão ou descontinuidade: Avaliar se o programa deve ser ampliado, modificado ou encerrado.

Divulgar os Resultados

Relatório de avaliação: Elaborar um documento com linguagem clara e objetiva, destacando os principais achados e recomendações.

Transparência: Disponibilizar os resultados para todos os stakeholders, como gestores, beneficiários e financiadores.

No caso específico uma outra sugestão é criar um modelo lógico para compreender como o programa está sendo executado. A figura 1 é um exemplo de modelo lógico sobre o PNAE:

Figura 1: Modelo Lógico PNAE

Fonte: Elaboração própria

3. Quais os possíveis problemas na execução do programa na escola que podem estar afetando a merenda escolar? Como resolvê-los?

Elaboração inadequada de cardápios: Falta de planejamento ou de profissionais qualificados, como nutricionistas, fazendo com que haja um cardápio desbalanceado ou não adaptados às necessidades nutricionais dos alunos, ou mesmo não haja um cardápio.

Solução: Pedir **a**poio da Secretaria Municipal de Educação para que disponibilizem nutricionista para atender a escola ou que participe de um consórcio regional, onde municípios ou redes escolares podem contratar um nutricionista para atender várias escolas próximas, compartilhando custos e serviços.

Desalinhamento com a cultura local: Os alimentos fornecidos podem não respeitar os hábitos alimentares da comunidade, levando ao desperdício.

Solução: Desenvolver ações que valorizem os hábitos alimentares e a identidade cultural da comunidade atendida, garantindo a aceitação dos alimentos pelos alunos e reduzindo o desperdício. Algumas ações: Realizar consultas com alunos, pais, professores e cozinheiros para identificar os alimentos e pratos tradicionais da região; Entender os hábitos alimentares e os ingredientes mais consumidos localmente para incorporá-los nos cardápios; Substituir alimentos pouco aceitos por produtos regionais que sejam culturalmente familiares e nutricionalmente adequados; Priorizar a aquisição de produtos da agricultura familiar, garantindo frescor e autenticidade cultural; Estabelecer contratos com produtores da região para

CC BY NC ND

fornecer alimentos típicos; Monitorar aceitação e desperdício dos alimentos.

Atrasos ou irregularidades na compra de alimentos: Problemas na aquisição direta com a agricultura familiar podem atrasar o fornecimento.

Solução: Identificar agricultores familiares ou cooperativas que podem atender às necessidades do programa, considerando sua capacidade de produção e oferta sazonal; Planejar as aquisições de forma antecipada, alinhando os cardápios à disponibilidade sazonal dos produtos; Tornar os processos menos burocráticos, redigindo editais de chamada pública claros e adequados à realidade dos agricultores familiares; Garantir que os agricultores tenham acesso às informações sobre os editais e os prazos de participação; Incluir nos contratos alternativas para casos de imprevistos, como a substituição de produtos por equivalentes.

Não cumprimento da exigência de 30% da agricultura familiar: Dificuldade em encontrar fornecedores locais ou falta de conhecimento sobre os requisitos legais do PNAE.

Solução: As mesmas apresentadas no tópico anterior; identificar e cadastrar agricultores familiares, cooperativas e associações locais que atendam aos requisitos do PNAE; Trabalhar com sindicatos, ONGs, EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) ou outras instituições que possam conectar agricultores ao programa.

Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) inativos: Sem fiscalização ativa por parte do CAE, as irregularidades podem passar despercebidas e o programa não funcionar.

Solução: A escola pode liderar a sensibilização de pais, alunos, professores e funcionários para a importância do CAE e seu papel na fiscalização e na melhoria da alimentação escolar. Entrar em contato com a Secretaria Municipal de Educação e solicitar a reativação do CAE, contribuindo com a indicação de membros e fornecendo suporte logístico.

Referências

Alberton, A., & Silva, A. B. (2018). Como Escrever um Bom Caso para Ensino? Reflexões sobre o Método. *RAC*, 22 (5), 745-761. DOI:https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2018180212

Alves, G. M., & Cunha, T. (2020). A importância da alimentação saudável para o desenvolvimento humano. *Humanas Sociais & Aplicadas,* 10(27), 46-62. DOI: https://doi.org/10.25242/8876102720201966

Brasil**.** *Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.* Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em 24 nov. 2024.

Brasil. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Resolução CD/FNDE nº 02, de 10 de março de 2023*. Altera a Resolução CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 mar. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2023/resolucao-no-02-de-10-de-marco-de-2023.pdf/view. Acesso em 24 nov. 2024.

Bundy, D., Burbano, C., Grosh, M., Gelli, A., Juke, M., & Lesley, D. (2009). *Rethinking school feeding social safety nets, child development, and the education sector*. Washington, D.C.: World Bank. DOI: 10.1596/978-0-8213-7974-5

Cavassin, P. M., & Pinho, K. E. P. (2013). *Influência da alimentação no desenvolvimento do aluno e na aprendizagem escolar* (Cadernos PDE, n. 1). Curitiba: Governo do Estado.

Ferigollo, D., Kirsten, V. R., Heckler, D., Figueredo, O. A. T., Perez-Cassarino, J., & Triches, R. M. (2017). Aquisição de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar em municípios do Rio Grande do Sul. *Revista de Saúde Pública*, 51(6). https://doi.org/10.1590/S1518-8787.2017051006648

Ferreira, H. G. R., Alves, R. G., & Mello, S. C. R. P. (2019). O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): alimentação e aprendizagem. *Revista da SJRJ*, 22(44), 90-113. DOI: https://doi.org/10.30749/2177-8337.v2n44p90-113

Gassman-Pines, A. G., & Bellows, L. (2018). Food instability and academic achievement: a quasi-experiment using SNAP benefit timing. *American Educational Research Journal Month*, 20(10), 1-31. DOI: https://doi.org/10.3102/00028312187613

Jannuzzi, P. M. (2016). *Monitoramento e avaliação de programas sociais:* uma introdução aos conceitos e técnicas. 1. ed. Campinas: Alínea.

Lopes, B. J., & Doula, S. M. (2019).Deficiências no processo de compras governamentais do Programa Nacional de Alimentação Escolar e seus impactos no desenvolvimento local. *Desenvolvimento em Questão*, 17(48), 175-192. **DOI:** https://doi.org/10.21527/2237-6453.2019.48.175-192

Lucero, L. M. (2010). Acompanhamento nutricional de crianças de baixa renda se beneficiam do programa nacional de alimentação escolar (PNAE). *Revista da AMRIGS*, 54(2), 156-161, abr.-jun. https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-685601

Mayer, V. F. (2021). *Elaboração de casos de ensino - Programa de Aperfeiçoamento de Docentes* - Programa de Aperfeiçoamento de Docentes. FGV.

Rodrigues, R. L. S., Carvalho, R. S., Benevides, E. S., Fontana, D. C., Neves, P. P., Tuão, A. R., Junior, E. M. C., Pacheco, D. F., Costalonga, D. P., & Cruz, V. S. N. (2021). A educação alimentar e nutricional nas escolas no combate à fome e a desnutrição infantil: uma revisão bibliográfica. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, 13(4), 1-7. DOI: doi.org/10.51891/rease.v11i7.20474

Salgado, B. T., & Delgrossi, M. E. (2022). Segurança Alimentar e PNAE: o que mudou durante a pandemia?. *Segurança Alimentar e Nutricional*, 29, 1-12. DOI: 10.20396/san.v29i00.8663762

Santos, L. A. S. (2010). O fazer educação alimentar e nutricional: algumas contribuições para reflexão. *Temas livres/Free Themes*, 453-462, julho/novembro.

Triches, R. M., Baccarin, J. G., Figueredo, O. A. T., Führ, A. L., Mossmann, M. P., Silva, D. D., Heckler, D., & Teo, C. R. P. A. (2018). Dificuldades e recursos de superação mobilizados por atores sociais na aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. In: Perez-Cassarino, J., Triches, R.M., Baccarin, J.G., & Teo, C.R.P.A., eds. (2018). *Abastecimento alimentar: redes alternativas e mercados institucionais* [online]. Chapecó: Editora UFFS; Praia, Cabo Verde: UNICV. DOI: https://doi.org/10.7476/9788564905726.0007.